

A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos

Maria da Glória Corrêa Di Fanti
(UNISINOS)

Todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada.
(BAKHTIN)

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de apresentar reflexões acerca da concepção de linguagem na teoria dialógica do discurso a partir de dois eixos básicos: o dialogismo e o plurilingüismo. Além desses eixos, tendo em vista a complexidade e abrangência do alcance da concepção em foco, são tomadas outras noções que orientam para o objetivo proposto. O desenrolar da reflexão reclama a análise de um processo interacional em que se observam características da constituição heterogênea da linguagem como atividade responsiva.

Palavras-chave: Linguagem; Dialogismo; Interação verbal; Plurilingüismo; Enunciado

Considerações iniciais

A concepção de linguagem a partir dos estudos do Círculo bakhtiniano¹ tem sido objeto de discussões e/ou servido de auxílio para investigações em diferentes áreas do conhecimento. Entretanto, poucas áreas têm aprofundado esse conceito. A própria lingüística, que tem como objeto de estudo a linguagem, pouco tem explorado tal concepção a partir desse viés. É nos estudos discursivos, aqueles que ultrapassam uma abordagem lingüística estrita, e aí podemos incluir também os literários, que encontramos abordagens mais aprofundadas das colaborações bakhtinianas.²

A teoria dialógica do discurso tem-se mostrado rica no desenvolvimento de várias noções que se referem ao estudo da linguagem e essa orientação pode ser observada na dimensão com que Bakhtin se dedica ao funcionamento da língua, principalmente no romance. Embora seu objeto de estudo tenha sido sobretudo a linguagem, a abrangência dessa teoria ultrapassa qualquer noção estreita dos estudos da língua e configura-se como uma dimensão filosófica no trato do objeto de reflexão. Com isso, podemos observar que, se por um lado, essa orientação filosófica encontra eco em diversos segmentos de estudos, como na sociologia, na filosofia, na antropologia e na semiótica; por outro, convoca os estudiosos da linguagem a transitar em outras áreas, além das de origem, sem perder suas especificidades, para realmente poder entender a linguagem discursivamente.³

No aprofundamento da concepção de linguagem na teoria bakhtiniana, temos observado que tal reflexão ao mesmo tempo que perpassa o conjunto da obra é privilegiada em noções particulares. A linguagem, assim como outras noções tratadas em Bakhtin, está em vários lugares e não se limita à "língua" ou à "linguagem". Em outras palavras, não encontramos nos estudos do Círculo uma noção, como a de língua e linguagem, desenvolvida "linearmente" sem um movimento dialógico que exija atitudes responsivas do leitor, isto é, gestos de respostas à teoria em um movimento de aproximação e/ou distanciamento entre o que apreendemos e o que é apreendido. Tal leitura não é uma tarefa simples, mas sim desafiadora, pois requer atenção e ousadia para ir recompondo uma construção arquitetada em múltiplas vestimentas, em diferentes textos e épocas. Talvez seja por isso que ainda existam muitos espaços a serem explorados nessa teoria.⁴

Assim sendo, tendo em vista a multiplicidade de possibilidades para olhar a teoria bakhtiniana e nela encontrar respostas possíveis para o procurado, temos o objetivo, nesta reflexão, de trazer para debate características sobre a concepção de linguagem a partir de dois eixos básicos, o dialogismo e o plurilingüismo. Estas noções, sem dúvida alguma, vêm sendo desenvolvidas por diferentes estudiosos da teoria em foco. A primeira principalmente, como marco da teoria dialógica, vem sendo explorada a partir de variadas articulações. A segunda noção, no entanto, se comparada à primeira, ainda tem sido pouco desenvolvida no que se refere aos estudos lingüístico-discursivos e, em conseqüência, na reflexão sobre a concepção de linguagem. Logo, a possibilidade de articulação entre ambas, dialogismo e plurilingüismo, para refletir sobre a linguagem apresentasse como um campo fértil que nos instiga a empreender esforços no sentido de

desenvolver um percurso teórico que, desencadeando em uma análise de uma situação concreta, seja promissor para a reflexão sobre a linguagem.

Para resgatar esse percurso teórico, como já adiantamos, não é possível, e nem faz parte de nossas aspirações, restringirmo-nos a uma ou outra noção, já que ambas são por si só complexas e abrangentes. Por isso, a partir dos dois eixos em enfoque, organizamos uma reflexão mais ampla que leva ao desenvolvimento do objetivo proposto. Nessa perspectiva, recuperamos a concepção de linguagem a partir de quatro momentos interdependentes, seguidos das considerações finais. No primeiro momento, *Dialogismo e relações de sentido*, trazemos para discussão o dialogismo como “princípio” constitutivo das reflexões da teoria bakhtiniana, em especial da linguagem. No segundo, *Por uma abordagem enunciativo-discursiva*, desenvolvemos um espaço de entremeio de noções inter-relacionais, que auxiliam no entendimento da linguagem em Bakhtin. No terceiro, *Plurilingüismo e vozes discursivas*, recuperamos a noção de plurilingüismo não só como uma diversidade de vozes sociais, mas principalmente como a dialogização de tais vozes – plurilingüismo dialogizado. A partir de então, no quarto momento, *A linguagem como atividade responsiva: observando uma situação concreta*, analisamos um processo interacional oriundo da esfera jurídico-trabalhista, refletindo sobre a concepção de linguagem na teoria dialógica do discurso.

1 Dialogismo e relações de sentido

Ainda que a rubrica “dialogismo” seja a que melhor “resuma” a teoria bakhtiniana, sua definição não se configura com facilidade. Referir-se a dialogismo é pressupor um “princípio”, uma “propriedade polivalente”, que constitui as noções desenvolvidas e se instaura como uma constante comunicação com o outro, cujo processo não comporta observações estanques.

É, nesse caminho, que não se concebe um fim absoluto ou uma conclusão definitiva sobre os variados fenômenos acontecidos na sociedade. Em outras palavras, o princípio dialógico traz em seu escopo uma abordagem da “não-finalização” e do “vir-a-ser”, configurando, com isso, um princípio da “inconclusividade”, da preservação da heterogeneidade, da diferença, da alteridade (BAKHTIN, 1997 [1929]).

Nesse âmbito, a teoria bakhtiniana volta-se para o estudo das particularidades da linguagem a partir do enfoque dialógico. Em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1997[1929]), ao explicar que o seu objeto de estudo é o “discurso”, Bakhtin o define como “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da lingüística” (BAKHTIN, 1997 [1929], p. 181). Mostra, assim, que o interesse da sua teoria é por análises efetuadas a partir de relações dialógicas, no plano do discurso, e não por análises lingüísticas, no “sentido rigoroso do termo”, no plano da língua. Propõe, então, uma nova disciplina - a *metalingüística* - como um estudo dos aspectos da vida do discurso que ultrapassam os limites da lingüística estruturalista. No entanto, deixa claro que as análises lingüísticas não podem ser ignoradas e seus resultados devem ser aplicados pelas pesquisas metalingüísticas.

Sob essa perspectiva, destaca o pensador russo: “as relações dialógicas são absolutamente impossíveis sem relação lógica e concreto-semântica, mas são irreduzíveis a estas e têm especificidade própria” (BAKHTIN, 1997 [1929], p. 184). Esclarece, portanto, que o estudo da língua como relação lógica carece de abordagem enunciativa e que o estudo do discurso a partir das relações dialógicas é irreduzível à logicidade. Observa-se, sob esse enfoque, que as relações dialógicas são apreendidas discursivamente, na língua enquanto fenômeno integral concreto, sem que se desconsidere as relações lógicas. Logo, a tensão entre relações dialógicas e lógicas indica que a linguagem somente tem vida na comunicação dialógica, comunicação de sentidos, que constitui o seu campo de existência. Essas observações são retomadas em *O problema do texto* (1992 [1959-1961]) quando Bakhtin destaca as relações dialógicas como relações de sentido entre os enunciados, sendo o sentido inscrito em vozes discursivas (sociais).

As observações precedentes são fundamentais para a compreensão do princípio dialógico da linguagem que se constitui por uma abordagem social que lhe é própria, um “compartilhar com o outro” que exclui qualquer possibilidade de abordagem individualista, pois se instaura na língua como um processo interacional, realizado na enunciação. Por conseguinte, tratar do dialogismo é, por um lado, descartar qualquer possibilidade de limitação e redução de sentidos, e, por outro, preservar as ressonâncias de outros ditos, já-ditos e/ou não-ditos na linguagem.

Os sentidos, a partir da abordagem dialógica, projetam-se como efeitos, sendo assim, irreduzíveis a uma só possibilidade, apesar de em determinados contextos enunciativos haver sentidos predominantes. Com isso, os efeitos de sentidos existem a partir de construções discursivas, das quais o sujeito “não é a fonte de seu dizer”, uma vez que se constitui, de modo dinâmico, com a instituição histórico-social. Em outras palavras, o sujeito e os sentidos constroem-se discursivamente nas interações verbais na relação com o outro, em uma determinada esfera de atividade humana.

Essa reflexão está em consonância com a observação de Bakhtin (1992 [1952-1953]), em *Os gêneros do discurso*, segundo a qual “o objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico (...)” (BAKHTIN, 1992 [1952-1953], p. 319). O objeto do discurso, portanto, é o ponto de interseção em que se encontram diferentes opiniões, diferentes relações de sentido.

A linguagem, sob esse aspecto, constitui-se como uma reação-resposta a algo em uma dada interação e manifesta as relações do locutor com os enunciados do outro. Por isso, temos de considerar que o outro, no movimento dialógico, não é somente o interlocutor imediato ou virtual. É muito mais. O outro projeta-se a partir de discursos variados (passados, atuais, presumidos). São as outras vozes discursivas - posições sociais, opiniões - que vêm habitar de diferentes formas o discurso em construção. Com isso, o outro apresenta-se em diferentes graus de presença no enunciado, às vezes é visível, às vezes está escondido, mas sempre está lá; constitui um princípio alteritário.

Logo, a concepção de linguagem, a partir do enfoque dialógico, configura-se como uma recusa a qualquer forma fechada de tratar das questões da língua, pois sendo o dialogismo constitutivo, a “interação” com o outro é um pressuposto. Por isso, considerar a linguagem como discurso, em Bakhtin, é sobretudo reconhecer a sua “dialogicidade interna”, já que não é a forma composicional externa que vai determinar o teor dialógico (BAKHTIN, 1998, [1934-1935], p. 92). Aliás, podemos contrapor o dialogismo a um face-a-face estrito, sem outras implicações, uma vez que o princípio dialógico instaura-se como um espaço de inter-relações que ultrapassa uma abordagem “interacionista” que tenha como foco a situação em si mesma.⁵

Nesse sentido, tomamos as palavras de Bakhtin acerca da dialogicidade interna do discurso e suas implicações quanto ao “já-dito” e à resposta antecipada, que traduzem, de certo modo, a tensão inscrita na produção discursiva: “O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do “já-dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado” (BAKHTIN, 1998 [1934-1935], p. 89).

Podemos perceber, a partir das observações precedentes, que o enunciado se constitui em um complexo processo interacional em que lhe é conferido avaliação social, impossibilitando, desse modo, a redução dos estudos lingüístico-enunciativos a um sistema de signos abstratos. Sendo assim, a linguagem deve ser considerada como um fenômeno que se institui na tensão entre um projeto discursivo de um sujeito e as coerções próprias de uma dada esfera de interação verbal.

2 Por uma abordagem enunciativo-discursiva

Tratar da concepção de linguagem em Bakhtin requer que se considere que, embora o paradigma bakhtiniano se contraponha a tendências redutoras da sistematização da língua, não desconsidera a importância de um sistema diferenciado de signos para compreender a complexidade enunciativa de situações particulares. É, sobretudo, uma leitura diferente de um sistema em que os signos existem ampliadamente como signos ideológicos e dialógicos a partir de uma inscrição subjetiva. Em outras palavras, há um sistema ampliado, cujos signos existem somente em interação verbal, como enunciados, em gêneros discursivos, que possibilitam a compreensão de diferentes organizações enunciativo-discursivas, assim, como a compreensão das características repetíveis, formais da linguagem, que se convertem em diferentes sentidos.

Podemos entender, nesse caminho, que Bakhtin é o precursor de uma *teoria enunciativo-discursiva* que considera a linguagem como atividade, instituída em um processo concreto em que o signo se instaura ideológico e dialogicamente. Não há, assim, qualquer movimento de apropriação de signos lingüísticos em um sistema fechado, uma vez que o signo somente existe em circulação. No dicionário, há virtualidades, potencialidades que, em uso, são dialogizadas e ideologizadas.

A linguagem do ponto de vista bakhtiniano tem vida em um espaço enunciativo-discursivo e, com isso, amplia-se mais ainda ao ser considerada não como um privilégio do verbal, ou seja, todas as manifestações que tenham a interferência do homem constituem-se como linguagem, enunciado, texto. Essa posição é clara em *O problema do texto* (BAKHTIN, 1992 [1959-1961]), já que todo texto tem sujeito, é enunciado, e aglutina o verbal e o extraverbal. Além disso, a constituição em texto é uma condição para haver objeto de estudo e de pensamento.

Apesar de a linguagem não se restringir ao verbal nas noções desenvolvidas pelo Círculo bakhtiniano, é dada relevância à palavra como fenômeno ideológico por excelência, isto é, estar sempre orientada socialmente para um interlocutor real ou virtual. Essa observação é ressaltada em *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN & VOLOCHINOV, 1995 [1929]) quando se considera a palavra como o modo mais puro e sensível das transformações sociais. Nessa perspectiva, a palavra aglutina o verbal e o não-verbal e constitui-se como enunciado, pois recebe acento de valor. Então, se, de um lado, a palavra vive sob o signo da alteridade ao ser inscrita avaliativamente, de outro, toda manifestação humana, ao possuir acento avaliativo, também se inscreve como enunciado, como linguagem.

É, a partir dessa concepção, que entendemos mais facilmente o enunciado como unidade real - não uma convenção - da comunicação verbal, uma unidade complexa de observação da língua em situação concreta (BAKHTIN, 1992 [1952-1953], 1992 [1959-1961]). Com isso, Bakhtin contesta toda abordagem limitada por relações lineares entre signos abstratos e funda uma nova perspectiva de relações complexificadas que consideram uma atitude dialógica para com a língua. O signo bakhtiniano, então, constitui-se como uma atitude responsiva ativa de um determinado sujeito em relação a algo e, para ser compreendido, exige também uma atitude dialógica de um outro sujeito, o qual produz signos, num exercício de aproximação entre o signo em observação e outros já conhecidos.

Dentre a ampla (e densa) pertinência da reflexão bakhtiniana sobre o signo, a de considerá-lo ideológico – apresentar índices de valor de cunho social - é a que possibilita, juntamente com a noção de dialogismo, a ampliação da noção de signo lingüístico, proporcionando uma nova relação com o sistema. Sistema este que deixa de ser lingüístico estrito, no sentido de possuir unidades significantes neutras e sem expressividade, para ser lingüístico-ideológico-dialógico, no sentido de apresentar signos que se formam como enunciados (imbricam verbal e não-verbal, dito e não-dito) e que implicam uma atitude ativa responsiva do sujeito a qual desencadeará outros enunciados. Sendo assim, entendemos que esse sistema ampliado, dialógico, se inscreve em um *sistema enunciativo-discursivo*, uma vez que se constitui de uma complexidade de enunciados que estão em relação dialógico-discursiva.⁶

Tais observações possibilitam compreender que o funcionamento de todo discurso está vinculado a determinadas coerções enunciativas (situacionais, sociais, históricas). Sob esse aspecto, as formas discursivas (enunciados) do sistema enunciativo-discursivo inscrevem-se com uma estabilidade relativa – os gêneros discursivos – e orientam os sujeitos à produção discursiva em situação concreta (BAKHTIN, 1992 [1952-1953]).

Assim, a enunciação organiza-se no meio social que envolve o indivíduo, nas relações dialógicas que se instauram. Porém, há uma parte mais estável que se indissocia de outra mais instável que deve ser observada na constituição da linguagem: a significação e o tema (BAKHTIN & VOLOCHINOV, 1995 [1929]). Enquanto a significação configura-se como uma dimensão mais estável, representada pela materialidade lingüística da produção enunciativa, o tema configura-se como uma dimensão mais variável, como a própria enunciação / enunciado, ou seja, é único e não-reiterável. Logo, o tema compõe-se por aspectos verbais e não-verbais. Enquanto os verbais são recuperados pela significação, os aspectos não-verbais são recuperados, via entonação expressiva, pela dimensão histórico-social engendrada.

Com isso, podemos compreender que a significação e o tema vivem interdependentemente (sem relação de causa e efeito) na enunciação, em cujo espaço gravitam valores diversos. Nesse espaço, a inter-relação significação / tema é uma dicotomia desfeita na teoria bakhtiniana, uma vez que a significação no enunciado / enunciação se constitui indissociavelmente do seu tema. O tema depende da significação e vice-versa, porém, como um não é um simples reflexo do outro, as “mesmas palavras” significam diferentemente, ou seja, elas ganham vida a partir de apreciações sociais valorativas criadas no processo enunciativo, que apontam para diferentes aspectos históricos, nem sempre sinalizados lingüisticamente, mas convocados na enunciação.⁷

Portanto, a linguagem a partir da abordagem dialógica não pode ser estudada fora da sociedade, uma vez que o enunciado, como unidade concreta da interação verbal, tem estabilidade provisória e traz em sua constituição características de cada situação de enunciação em que é produzido e circula. Além disso, o enunciado configura-se como um elo numa cadeia complexa de outros enunciados, ou seja, está repleto de ecos de outros enunciados, respondendo a algo e antecipando um discurso-resposta não-dito, mas solicitado no direcionamento a um interlocutor (real ou virtual). O enunciado é, por conseguinte, um signo ideológico, dialógico, único, irrepetível e instaura-se diferentemente em cada interação.

3 Plurilingüismo e vozes discursivas

Conforme o encaminhamento empreendido nesta reflexão, podemos perceber que a concepção de linguagem desenvolvida na teoria bakhtiniana prima pela dialogicidade, pela dinamicidade. Nessa esteira, ao trazermos para reflexão o plurilingüismo, passamos a enfatizar a dimensão do “plural”, do “pluralismo”, também como constitutiva da linguagem.

A iniciativa de trazer o plurilingüismo para debate deve-se, principalmente, à riqueza dessa noção que se, por um lado, tem sido pouco desenvolvida nos estudos lingüístico-discursivos, por outro, tem muito a nos dizer, no entendimento da linguagem como objeto de estudo e também como objeto de ensino. Dentre os trabalhos que enfocam a questão do plurilingüismo, Brait (1994), em *As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso*, faz uma importante

leitura da obra bakhtiniana em que contempla, dentre outros aspectos, a relação entre dialogismo, polifonia e intertextualidade com vozes discursivas, ressaltando o caráter de “inconclusividade” do enunciado. Faraco (2003), por sua vez, em *Linguagem & diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*, ressalta a importância do plurilingüismo (heteroglossia) dialogizado no que se refere à concepção de linguagem na teoria bakhtiniana.

A relação entre o dialogismo e o plurilingüismo, na reflexão sobre a linguagem, antes de mais nada, converge no que tange a uma postura de questionamento da “unidade” em relação à pluralidade; de questionamento das “exclusividades” em relação às possibilidades; de questionamento do “acabado” em relação ao inacabado. A questão principal gira em torno do caráter dinâmico da língua/linguagem, que não se constitui unitariamente, mas sim como uma arquitetura de vozes discursivas/sociais.

O *pluralismo lingüístico*, também chamado de *heteroglossia* e de *plurilingüismo*, em especial o *plurilingüismo dialogizado*, que “é o verdadeiro meio da enunciação” (BAKHTIN, 1998 [1934-1935], p. 82), aproxima-se, assim, da plurivocidade, isto é, da tessitura de vozes sociais que constitui o espaço enunciativo-discursivo. O plurilingüismo na teoria dialógica do discurso, ao contrário de abordagens conservadoras, não se restringe à diversidade de “línguas nacionais”, mas sim preserva a diversidade de vozes discursivas – posições que constituem o discurso – como característica fundamental para a concepção de linguagem. É o próprio dialogismo incorporado no discurso, a dinâmica entre vozes sociais engendradas em um espaço inter-relacional nos limites de uma “língua nacional”.

Essa característica da linguagem de ser “plural” rompe com a hegemonia de qualquer “linguagem única da verdade” ou da “língua oficial” em dada sociedade. É uma dimensão que rejeita a “ossificação e a estagnação do pensamento” (CLARK & HOLQUIST, 1998 [1984], p. 49) a uma só possibilidade, como a de uma “língua padrão”, “cult”, sem considerar as variedades.

As reflexões referentes ao plurilingüismo, consubstanciadas no ensaio *O discurso no romance* (BAKHTIN, 1998 [1934-1935]), publicado em *Questões de literatura e estética: a teoria do romance* (BAKHTIN, 1998 [1975]), são essenciais na compreensão da linguagem como discurso, não se restringindo aos estudos literários. O plurilingüismo, desse modo, configura-se como uma proposta de deslocamento dos estudos estritamente literários para os estudos discursivo-literários. Assim, é uma noção ampla que possibilita a transposição para os estudos lingüístico-discursivos, sem perda de sua excelência, uma vez que se coaduna à concepção de linguagem como essencialmente heterogênea e dinâmica.

O plurilingüismo dialogizado pressupõe uma variedade de línguas/linguagens e, com isso, diferentes estruturas enunciativas se confrontam tendo em vista a diversidade de coerções nas relações sociais. Essa noção, portanto, recusa qualquer preponderância lingüística excludente e instaura a discursividade. Aliás, no desenvolvimento dessa concepção com relação ao romance, podemos observar um movimento de ruptura da estilização de uma linguagem individualizada do romancista, apreendida a partir de análises

lingüísticas, como uma espécie de identidade cristalizada que não considera as diversidades sociais existentes.

Assim, ao tratar da abordagem plurilingüística, Bakhtin valoriza uma perspectiva diferente de olhar os estudos literários, lingüísticos e filosóficos da linguagem. O romance, em especial, passa a ser observado discursivamente a partir da combinação de diferentes linguagens e estilos: “a verdadeira premissa da prosa romanesca está na estratificação interna da linguagem, na sua diversidade social de linguagens e na divergência de vozes individuais que ela encerra” (BAKHTIN, 1998 [1934-1935], p. 76). Desse modo, a particularidade básica do romance passa a ser o diálogo instaurado por linguagens diversas, descentralizadoras.⁸

É interessante observar, a partir de então, o movimento de resgate do “plural” como um entremeado de discursos ordinários, isto é, discursos do dia-a-dia, já que o romance reconstitui passagens do cotidiano encarnadas em linguagens diversificadas. Todo esse movimento enfatiza não apenas o tratamento dado à linguagem, ao enunciado/discurso, mas também a valorização da diversidade de vozes discursivas que a constituem.⁹

A língua não se reduz a um sistema padronizado, mas sim se materializa em vozes sociais que se cruzam, em diferentes dialetos, jargões profissionais, linguagens de gerações familiares. Há linguagens de momentos, de lugares, transitórias, que possuem estruturas e finalidades próprias a determinados contextos. A linguagem, assim, está em movimento, ou seja, há uma orquestração discursiva que a constitui.

Nesse âmbito, o plurilingüismo é dialogizado tendo em vista a linguagem existir a partir de signos concretos inter-relacionais, os enunciados. Nada é estanque. Ressalta-se, então, a pressuposição da elasticidade da linguagem em diferentes ligações e co-relações a situações concretas. Dito de outro modo, o plurilingüismo configura-se como uma interação entre línguas sociais, isto é, traz em seu escopo a preservação das variedades concretas. Com isso, repudia tendências lingüísticas voltadas para a “centralização”, a “estabilidade” e a “objetividade”, que desconsideram a “ambigüidade”, a “polissemia” e a “ideologia” como constitutivas.

Assim sendo, e essa é uma contribuição inestimável do estudo sobre o plurilingüismo, a linguagem constitui-se num espaço de tensão entre vozes sociais, num movimento dialógico que indissocia forças interdependentes, não-dicotômicas: as forças centrípetas e as centrífugas. Ao lado da centralização verbo-ideológica e da união, caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação. Enquanto as forças centrípetas se empenham em manter a “unidade” e procuram resistir às divergências, as forças centrífugas se empenham em manter a variedade, as diferenças.

A língua é ideologicamente saturada, ou seja, constitui-se como uma concepção de mundo e um modo de ter atitudes ativas, responsivas, em cada esfera de atividade humana. Nessa perspectiva, a língua alterna-se em movimentos dialógicos que indissocia forças centrípetas e centrífugas na enunciação do sujeito.

Com isso, não há uma enunciação que não pertença a uma língua, com forças centrípetas próprias (centralizadoras, que procuram apagar as outras

vozes sociais), e ao plurilingüismo social e histórico, com forças centrífugas (descentralizadoras, que convocam outras vozes sociais). Tal movimento de tensão é próprio da linguagem, é próprio do discurso. Enunciar é dialogar e, nessa atitude responsiva, uma combinação de características lingüísticas ganha vida e forma em um processo dialogizado, concreto, pluriacentuado.

Sendo assim, o plurilingüismo é próprio da linguagem, pois várias vozes sociais entram em concorrência na enunciação. No entanto, há uma estratificação em gêneros discursivos, cujos elementos formais (lexicológicos, semânticos, sintáticos etc.) estão imbricadamente organizados em função de um sistema de acentuação próprio de uma dada esfera de atividade. Logo, qualquer superfície discursiva “idêntica” carrega-se de variados conteúdos, dependendo do gênero a que responde e do direcionamento dos diferentes acentos valorativos empreendidos.

A estratificação da língua, seja em gêneros, seja em linguagens diversas (do advogado, do camelô, do médico, do comerciante, do político, do professor), pode ser apreendida por índices variados, como pela expressividade, pelo projeto discursivo do sujeito, observados nas formas discursivas em que se materializam. Todavia, é importante observar que a estratificação não determina um isolamento, pois sempre a linguagem será dialógica, isto é, ressoarão outros discursos (vozes) em sua tessitura. Essa é uma característica fundamental da concepção do plurilingüismo em Bakhtin, uma vez que ultrapassa estudos conservadores que reduzem as variedades lingüísticas a determinados aspectos sociais e não consideram o perpassar dialógico que, por si só, não aceita um simples “enquadramento”.

4 A linguagem como atividade responsiva: observando uma situação concreta

Com a finalidade de enriquecer a discussão em foco, tomamos para análise uma situação concreta, cujo processo interacional vincula-se à esfera jurídico-trabalhista, especificamente aquela destinada a audiências trabalhistas – sessões de instrução processual e/ou conciliação do litígio (conflito) trabalhador/patrão. O conflito em questão é protagonizado por uma empregada doméstica (reclamante), que entra com ação na Justiça do Trabalho, contra a sua patroa (reclamada).

Essa audiência trabalhista, acontecida em São Paulo, no início do ano 2000, revela uma relação de emprego decorrente da década de 90, período marcado, de modo geral, por um grande desgaste nas relações trabalhistas brasileiras urbanas, seja pelas altas taxas de desemprego, seja pelo aumento da desregulamentação e precarização do trabalho (CACCIAMALI, 1999). Tal desgaste atinge o trabalho doméstico que emerge como uma prática recorrente de trabalho não-declarado (sem registro em carteira e sem direitos sociais).

Na audiência em discussão, a empregada é representada por um advogado, porém a patroa defende-se sozinha. Diferentemente de outras causas jurídicas, na Justiça do Trabalho, as partes podem reclamar e defender-se sem o auxílio de um profissional da área de Direito para tal fim.¹⁰ Apesar dessa possibilidade, a

prática de defender-se ou reclamar sem auxílio de advogado não é comum. Tivemos a oportunidade de investigar a atividade de linguagem em audiências trabalhistas em um projeto mais amplo, como parte da pesquisa da tese de doutoramento (LAEL-PUC/SP)¹¹, e observamos que a maioria dos litígios é ancorada pela representatividade de um advogado para cada uma das partes.¹²

Participar de uma audiência trabalhista, na esfera jurídica, tanto para a empregada quanto para a patroa é uma experiência que requer a assunção de novos lugares enunciativos diferentes daqueles vivenciados por ambas na esfera em que se desenvolve a relação de emprego. Embora seja considerada uma relação de emprego que possui garantias jurídico-legais (específicas), o envolvimento empregada / patroa inclui um acolhimento no seio familiar que, no mesmo ambiente partilhado, ressalta uma concorrência de posições assumidas, principalmente por parte da patroa, como mãe, esposa, tia, avó, filha etc. Em outras palavras, a empregada acaba vivenciando a intimidade da casa em que exerce sua atividade laboral e criando, por conseguinte, um vínculo afetivo mais aparente se compararmos a outras relações empregatícias, como numa fábrica automotiva por exemplo, em que o empregado pode nem conhecer seu patrão e, menos ainda, a rotina familiar dele.

Com isso, ao se concretizar uma ação litigiosa, a relação que era de afetividade, trabalho em casa de família, torna-se muitas vezes uma relação de rancor, principalmente por parte da patroa, por esta sentir-se “traída”, no sentido de abrir as portas da própria casa, permitir que um “estranho” se insira no meio familiar, dar-lhe credibilidade para ir e vir e após ser cobrada judicialmente. A relação entre ambas, a partir de então, passa a ser submetida a coerções próprias da esfera jurídico-trabalhista, que funciona como um princípio organizador da enunciação.

Logo, por um lado, tendo a empregada um advogado que a represente e que conheça (ou deva conhecer) a cultura do *métier*, as especificidades do desenvolvimento e da organização do coletivo de trabalho - que fixa o esperado do gênero e permite suportar o inesperado da situação de trabalho (CLOT & FAÏTA, 2000), acaba tendo um diferente estatuto, não sendo tão exigida quanto à patroa, já que é o advogado que assume a função de representá-la. Por outro lado, a patroa, ao não contratar advogado, é mais exigida, pois é ela mesma que tem de negociar a conciliação com o outro advogado por intermédio do juiz. Com essas especificidades, vamos apreendendo as condições concretas e a dimensão histórico-social em que os enunciados se realizam na sessão jurídica.

Na interação entre vozes sociais que circulam nas audiências trabalhistas, a patroa, como reclamada, e a empregada, como reclamante, possuem diferentes versões sobre um mesmo fato vivenciado por ambas: o salário, que é um elemento importante tendo em vista que é sobre ele que se calculam os valores devidos. Portanto, os enunciados que se referem ao salário são acentuados de forma diferente para cada uma delas. Para a patroa, o valor é 200 reais e, para a empregada, é 300:

01 - Juíza: não é 300 reais?

02 - Reclamada: não... é 200 reais

03 - Juíza: é 200... dona Regina... a senhora recebia 200 reais por mês?

04 - Reclamante: 300

05 - Juíza: 300?... qual a pretensão pra acordo... doutor?

São diferentes atitudes ativas para o mesmo referente (salário), destacando a complexidade da constituição enunciativa que requer a investigação das particularidades do processo interacional. Logo, devemos observar *quem* enuncia, de que *lugar* enuncia, *para quem* enuncia, além disso, observar *como* enuncia e em que *momento* - possibilitando, assim, que se apreenda como essa organização convoca o diálogo com outros enunciados.

Passemos a observar um pequeno trecho do desenvolvimento da audiência trabalhista em foco, em que o juiz (uma juíza) tenta a conciliação entre as partes (empregada, com advogado, e patroa, sem advogado). Nos enunciados sob a responsabilidade da patroa, que ocupa o lugar de enunciação de reclamada e, por isso, tem o objetivo de defender as acusações que lhe são imputadas, há índices discursivos que convocam outras vozes sociais:

09 - Juíza: 978 reais... não reduz pra acordo?

10 - Advogado/reclamante: qual seria a proposta?

11 - Juíza: ela diz que quer pagar o que deve... embora o valor devido seja discutível

12 - Reclamada: *eu pago o que devo*

13 - Advogado/reclamante: eu tenho um documento que diz que era 300

14 - Reclamada: *eu abri conta pra ela no banco... e eu/eu fiz a carta de 300 porque o banco solicitava... ela está usando de má-fé... meu marido falou oh vai ter problema...*

No processo interlocutivo em voga, podemos observar que do respectivo lugar de enunciação assumido, a reclamada interage com a juíza, com o advogado da reclamante e também com a reclamante. Apesar de não se dirigir diretamente para a empregada/reclamante como interlocutora, esta “estimula” dialogicamente a formulação do seu discurso, suas reações-respostas, pois é sobre ela que articula suas reflexões. Além de “responder”, justificando seus atos, a patroa “antecipa”, faz projeções em relação ao interlocutor-juiz, como representante da lei, ao apresentar pistas discursivas que abonariam sua conduta. Assim, no desenvolvimento dos enunciados, podemos observar uma convocação de vozes discursivas diversas relativas à “honestidade” (“eu pago o que devo” (E.12)), ao “auxílio à empregada” (“eu abri conta pra ela no banco...” (E.14)), à “burocracia bancária” (“...e eu/eu fiz a carta de 300 porque o banco solicitava” (E.14)), ao “caráter da empregada” (“ela está usando de má-fé” (E.14)) e ao “alerta do marido” (“vai ter problema” (E.14)). Essas vozes propagadas pela patroa, no decorrer da audiência, vão sendo retomadas com configurações variadas e vão mostrando um plano discursivo em que se pode depreender, a partir do léxico, um confronto entre vozes discursivas (posições) no que tange à “honestidade” da patroa e ao “uso de má-fé” da empregada, ao se apegar a um documento, carta, que teria sido redigido somente para cumprir uma exigência burocrática bancária:

Vozes discursivas da honestidade:

“em cima dos 200 reais... qual o valor que eu devo?”

*“quanto eu devo... em cima dos 200?”
“eu quero pagar o que eu devo... nunca fiquei devendo 10 centavos pra ninguém... e ela eu quero pagar também como ela já foi em casa... eu já quis pagar no sindicato...”*

Vozes discursivas da má-fé:

*“... a 1ª vez que ela foi no sindicato eu comecei a preencher um cheque e ela disse – esse valor eu não quero – ela se apegou nessa carta aí do banco... mas eu tenho os cheques que eu dei pra ela... em cima dos 200... que é que eu devo”
“... a própria mulher do sindicato fez as contas... e ela havia aceitado receber... depois que ela mostrou a carta... não quis mais aceitar”
“acho que 600 reais tá bom... eu tou pagando mais do que devo e ela recebendo mais do que merece... porque eu quis depositar em juízo só que eu não tinha o endereço...”*

A partir da observação dos enunciados sob a responsabilidade da patroa/reclamada, podemos depreender que eles se constituem de uma maior variedade de vozes discursivas se compararmos com os do advogado da empregada (“750 abrindo mão do registro”, “com vínculo”). As vozes apreendidas nos enunciados não escondem a mágoa em relação à empregada e formulam-se enunciativamente de modo a atingir a sua idoneidade. Além disso, no caso em pauta, é possível entender que a variedade de vozes discursivas está relacionada não apenas à ligação de trabalho com a ex-empregada, mas também ao estatuto que a patroa assume no Tribunal, “pouco dominando” a cultura do trabalho jurídico nas audiências trabalhistas. Nessa perspectiva, podemos observar um discurso híbrido, cuja construção é composta pela fusão de diferentes linguagens sociais e modos de falar (BAKHTIN, 1998 [1934-1935]), em que é possível observar índices discursivos de uma possível “defesa”, que se aproximam do lugar de reclamada assumido na esfera jurídica, e índices discursivos de “acusação pessoal”, que se distanciam, de certa forma, do lugar assumido.

Ao observarmos os diferentes lugares de enunciação ocupados pelos participantes da audiência trabalhista em foco – reclamada (patroa), advogado (da reclamante), reclamante (empregada) e juíza -, constatamos que vão se configurando diferentes exigências para cada sujeito. Isso ressalta ser a linguagem uma prática social, uma atividade responsiva, que se viabiliza a partir das relações com o outro, seja esse outro o interlocutor, seja esse outro uma posição. Assim, a linguagem se concretiza a partir do modo como o sujeito avalia o outro: como esse outro se projeta no discurso, como se tem expectativa dele, como ele convoca atitudes ativas.

Nessa relação, o juiz, além de ocupar uma posição de intermediação da conciliação entre as partes, também ocupa uma posição de explicação em relação à reclamada (patroa). Tal atitude ativa do juiz para com a reclamada se justifica não só pela negociação do acordo entre as partes, mas principalmente pelo fato de a patroa não estar sendo representada por advogado, que teoricamente teria experiência em agir nessa situação. Desse modo, ao se dirigir à patroa, o juiz apresenta aspectos detalhados em seus enunciados, procurando tornar clara as possibilidades de entendimento por parte da reclamada:

17 – Juíza à reclamada: 750 reais... dona... Jurema a pretensão da dona

Regina é de 750 reais pra acordo... ou seja... *pra liquidar o processo sem discutir... se a senhora pagou ou não pagou... qual era o salário... com o pagamento desse valor... encerraria o processo*

19 – Juíza à reclamada: a senhora não é veja... para *esclarecer... essa é a pretensão dela pra acordo... a senhora pode fazer outra proposta... no valor que a senhora ache que pode pagar ou que deve pagar... e não é obrigada a fazer acordo... a senhora pode aguardar também o julgamento da ação*

Com isso, podemos observar que a posição enunciativa do juiz, ao assumir um tom de explicação nos enunciados, procura alcançar a compreensão do seu interlocutor, a patroa. Tal empreendimento é diferente do que o investido em relação ao interlocutor-advogado. São tratamentos diferenciados aos interlocutores tendo em vista não só o *status* que cada um ocupa na sessão, mas sobretudo as expectativas do locutor-juiz em relação ao conhecimento jurídico deles:

15 – Juíza ao advogado: o acordo... quanto seria doutor... vê o valor pra acordo... não o total?

28 – Juíza ao advogado: aceitaria 600 reais arredondados... doutor?

Tais mudanças de tratamento em relação ao interlocutor apontam para o estatuto dinâmico da língua, a sua constituição discursiva. Em outras palavras, o enunciado constrói-se em determinado momento social e histórico e, com isso, toca em diferentes fios dialógicos existentes, tecidos ideologicamente em torno de um dado objeto de enunciação. A própria orientação enunciativa para um interlocutor não se concretiza para um “indivíduo independente”, ou seja, não é simplesmente para a patroa, como indivíduo que o sujeito-juiz enuncia diferentemente, mas sim para uma reclamada que está se defendendo na Justiça sem uma representatividade profissional jurídica. Podemos considerar que o sujeito-juiz enuncia, assim, conforme as suas expectativas, para um “indivíduo coletivo”, que tem uma experiência particular.

Há, portanto, uma concorrência no enunciado de diversos pontos de vista, diversos horizontes, diversas experiências, diversos sistemas de expressão e de acentuação, diversas “falas” sociais. No caso em pauta, além de fazer projeções sobre as especificidades de cada interlocutor, o sujeito-juiz não esconde também a sua posição de, representando o Estado, estimular o acordo entre as partes, que indica o tema que circula nos processos interlocutivos, indissociável da significação (formas lingüísticas convocadas).

Considerações finais

A partir da análise precedente, podemos perceber que o sujeito no dia-a-dia assume diversos lugares enunciativos, dependendo das exigências dos processos interlocutivos (patroa, empregada, reclamante, reclamada, advogado, juiz). Com isso, entra em contato com línguas diferentes, sistemas enunciativos diferentes, gêneros discursivos diferentes. A passagem de uma língua para outra é um processo dinâmico que garante a convivência social. São línguas, como afirma Bakhtin (1998 [1934-1935]), pluridiscursivas, pluriacentuadas, que não se excluem umas das

outras, mas sim se interceptam de diferentes maneiras. No lugar de reclamada, por exemplo, a patroa não esconde o seu estatuto de esposa (da esfera familiar), a preocupação com a burocracia bancária (da esfera comercial), a responsabilidade (da esfera do trabalho). Da mesma forma, o juiz, mesmo ocupando um lugar hierárquico superior, na esfera jurídico-trabalhista, de mediação entre as partes do litígio, apresenta em seus enunciados índices de expectativas em relação às necessidades da reclamada, aproximando-se discursivamente dela.

É, nesse caminho, que todas as linguagens do plurilingüismo, qualquer que seja o princípio de sua estratificação, “podem ser confrontadas, podem servir de complemento mútuo entre si, oporem-se umas às outras e se corresponder dialogicamente” (BAKHTIN, 1998 [1934-1335], p. 99). Assim, as linguagens observadas no caso em foco tocam-se dialogicamente de diferentes formas, instituindo diversas relações de sentidos como presume o princípio dialógico

Logo, o enunciado edifica-se em um espaço de tensão, na fronteira entre o território próprio (experiências pessoais) e o território de outrem (experiências do outro). Enunciar é, desse modo, interpretar enunciados constitutivos de uma determinada esfera de atividade, assumindo determinadas vozes discursivas e, ao mesmo tempo, recusando outras (que também ressoam no enunciado). A linguagem, por conseguinte, é uma prática social, partilhada, uma entidade concreta e viva de signos ideológicos.

Sob essa perspectiva, fomos observando, no decorrer da reflexão, a dificuldade de contemplar a concepção de linguagem na teoria bakhtiniana de modo que abranja a complexidade que lhe é peculiar, pois são vários “pontos e pespontos” que se articulam e que tratam da linguagem, em alguns casos, e tratam também da linguagem, em outros. Quer dizer, a linguagem está presente no conjunto da obra do Círculo; por isso, não permite um conceito “linear”, “fechado”, uma vez que ela se constitui “em relação a”. Isso se deve à sua própria natureza - o caráter dialógico - que não permite um acabamento, mas sim um permanente devir.

Tratar de tal concepção de linguagem é tratar de um processo discursivo e, por conseguinte, não se limitar a leituras excludentes como podemos observar no desenvolvimento das várias noções que se engendram à linguagem e à observação da situação concreta na esfera jurídico-trabalhista. Do ponto de vista dialógico, não é possível qualquer espécie de dicotomização, pois nada existe isoladamente, isto é, uma dimensão tem vida a partir da interdependência à outra. Assim, acontece entre o verbal e o social, o social e o ideológico. São dimensões que existem imbricadamente no enunciado, não se limitando à dimensão “interior” e “exterior” ao discurso, e podem ser apreendidas na observação das situações concretas desde que não nos limitemos a analisar somente o verbal, mas sim o verbal na relação com o extraverbal, como constitutivos da linguagem, do enunciado, do discurso.

Abstract

The present paper aims to present some reflections about the conception of language of the dialogic theory of discourse on the basis of two essential axis: dialogism and plurilinguism. Besides these axis, taking into account the complexity and broad scope of the examined conception, some other notions will be considered that

directs to the proposed aim. The reflection's meanders ask for an analysis of the interaction process in which aspects related to the multifarious constitution of language as a concrete activity make themselves present.

Keywords: Language; Dialogism; Verbal interaction; Plurilinguism; Utterance

Notas

- ¹ O Círculo de Bakhtin é formado por um grupo de estudiosos, cujos principais integrantes são M. Bakhtin, o líder, V. N. Volochinov e P. N. Medvedev, que tinham interesses filosóficos comuns e se reuniam para debater suas idéias, principalmente entre 1920 e 1930, na Rússia, período de grande produção intelectual do grupo (Clark & Holquist, 1998 [1984]).
- ² Sobre os estudos discursivos e literários, ver Barros & Fiorin (Orgs., 1994), Faraco, Tezza & Castro (Orgs., 1996), Brait (Org., 1997).
- ³ A amplitude do desenvolvimento da teoria dialógica do discurso apresenta diferentes designações para o seu estudo. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (Bakhtin/Volochinov, 1995 [1929]), encontramos a designação “filosofia da linguagem” e, em *Problemas da poética de Dostoiévski* (Bakhtin, 1997 [1929]) e em *Problemas do texto* (Bakhtin, 1992 [1959-1961]), encontramos “metalingüística”. Os seus biógrafos, (Clark & Holquist 1998 [1984]), preferem, como Todorov (1981), “translingüística”.
- ⁴ Recentemente foi divulgado o CD-Rom *XI Conferência Internacional sobre Bakhtin* (2004) com uma coletânea de trabalhos apresentados no evento em Curitiba, em 2003.
- ⁵ Essa reflexão, por um lado, ratifica ser o enunciado formado por discursos variados e, por outro, não permite uma abordagem restrita ao eminentemente empírico, pois pressupõe uma postura dialógico-discursiva de observar fatos concretos.
- ⁶ Em *O problema do texto*, Bakhtin (1992 [1959-1961]) postula que a compreensão do enunciado não pode ser feita do exterior, pois o observador participa e integra o mundo observado. Assim, “a compreensão é de natureza dialógica num sistema dialógico, cujo sistema global ela modifica” (p. 355).
- ⁷ (Bakhtin/Volochinov 1995 [1929]) observa, a partir de um texto de Dostoiévski (*Diário de um escritor*), que um mesmo substantivo, repetido diversas vezes, ao ganhar diferentes acentos apreciativos, diferentes tons, passa a ter diferentes sentidos. É somente pela situação social, em uso concreto, que o mesmo substantivo vai significar diferentemente.
- ⁸ O romance, segundo Bakhtin (1934-1935, p. 74 e 75), possui uma “diversidade social de linguagens organizadas artisticamente”. Para ele, a estilística tradicional desconhece “a combinação de linguagens e de estilos que formam uma unidade superior”.
- ⁹ Com a abordagem plurilingüística, não há espaço para a análise de um estilo “único”, uma vez que as unidades estilísticas são heterogêneas e repousam em planos lingüísticos diferentes. O estilo é, portanto, dialogizado, e o romance constitui-se como fenômeno pluriestilístico, plurilingüe e plurivocal. Desse modo, toda reflexão sobre a linguagem no romance recai, de alguma forma, sobre a linguagem no cotidiano (Bakhtin, 1998 [1934-1935]).
- ¹⁰ Essa orientação jurídica é encontrada no Art. 791, na Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 2003).
- ¹¹ A tese *Discurso, trabalho & dialogismo: a atividade jurídica e o conflito trabalhador/patrão* (di Fanti, 2004) foi orientada pela Profa. Dra. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (LAEL - PUC/SP).
- ¹² É importante destacar que a audiência em observação não fez parte do material de análise da tese por não possuir advogados de ambos os lados, um dos critérios de seleção do material.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In.: *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326
- _____. O problema do texto (1959-1961). In.: *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 327-358
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929). 2. ed. Trad. Paulo Bezerra.

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 276p.

_____. O discurso no romance. In.: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (1934-1935). Trad. Bernadini et al. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998. p.71-210

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (1975). Trad. Bernadini et al. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998. 439p.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929). Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. 196p.

BARROS, D.L.P. & FIORIN, J.L. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 81p.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In.: Barros & Fiorin (Org.), *Dialogismo, polifonia e intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.11-27

BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 385p.

BRASIL. *Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho, Legislação Previdenciária*. Mannrich, N. (Org.), 4. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

CACCIAMALI, M.C. *Dégénérescence du droit du travail et ajustement sur le marché du travail au Brésil dans les années 1990*. Cahiers des Amériques Latines, n. 30, p.105-125. 1999.

CLARK, K. & HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin* (1984). Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998. 381p.

CLOT, Y. & FAÏTA, D. *Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. Travailler. Revue Internationale de Psychopathologie et de Psychodynamique du Travail*, Paris, n. 4, p.7-42. 2000.

DI FANTI, M.G.C. *Discurso, trabalho & dialogismo: a atividade jurídica e o conflito trabalhador / patrão*. 2004. 385f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - LAEL - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

FARACO, C.A. *Linguagem & diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Paraná: Criar Edições, 2003. 136p.

FARACO, C.A.; TEZZA, C. & CASTRO, G. (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Paraná: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996. 365p.

TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique. Suive de écrits du Cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981. 318p.

XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BAKHTIN, 2003. Edição: Carlos Alberto Faraco; Gilberto Castro; Luiz Ernesto Merkle. Curitiba: 2004.